

**RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO
MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012**

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento ao artigo 6º, § 3º do Regulamento anexo da RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, e ao item 2.4 da política de Investimentos para 2012, aprovada pelo Conselho deliberativo em 15/ de dezembro de 2011, este Conselho Fiscal reunido em 28 de setembro de 2012, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise do resultado da Política de Investimentos e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1.1 - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS

1.1.1 - Aderência da gestão dos recursos garantidores

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte que a entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, conforme apresentado no relatório e documentação suporte.

Enquadramento (30/06/2012)

SEGMENTO	VALOR	ALOCACÃO	POLÍTICA	Res. 3.792/09
RENTA FIXA	36.448.301,39	86,85%	de 55 a 100 %	Até 100,00%
RENTA VARIÁVEL	1.380.665,54	3,29%	de 0 a 35 %	Até 70,00%
MULTIMERCADO	4.136.487,92	9,86%	de 0 a 10 %	Até 10,00%
Total	41.965.454,85	100,00%		
Participação do PLANJUS	41.769.695,71	99,53%		
Participação do PGA	195.758,92	0,47%		

Alocação dos Recursos (diversificação)

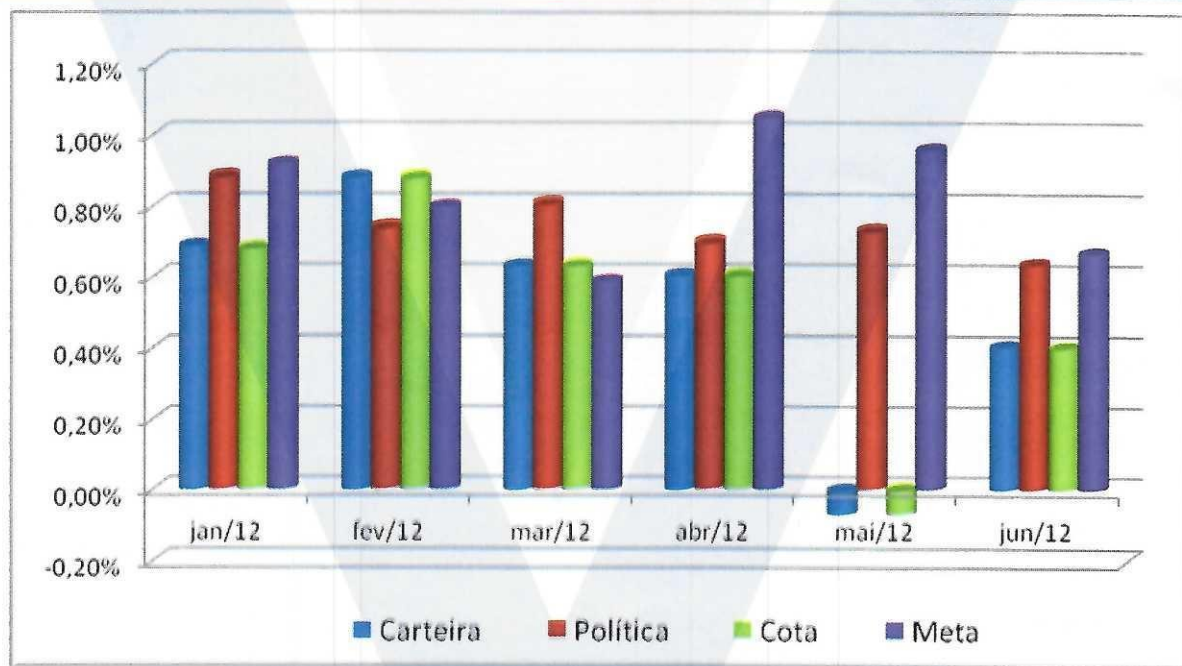
		Mercado	
INFINITY JUSPREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		41.965.454,85	100,00%
Cotas de Fundos		41.574.480,09	99,07%
A) INFINITY LOTUS FUNDO DE INVESTIMENTO RENTA FIXA	Negociação	19.082.037,80	45,47%
B) INFINITY INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO	Negociação	12.066.979,00	28,75%
C) INFINITY IMA TIGER FUNDO DE INVESTIMENTO RENTA FIXA	Negociação	3.371.596,46	8,03%
D) INFINITY EAGLE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	Negociação	2.723.761,32	6,49%
E) INFINITY UNIQUE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	Negociação	1.412.726,60	3,37%
F) INFINITY SELECTION FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES	Negociação	1.322.515,58	3,15%
G) FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ITÁLIA	Negociação	811.493,61	1,93%
H) FUNDO DE INV EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL BVA MASTER III	Negociação	783.369,72	1,87%
I) Disponibilidades		5.000,00	0,01%
Descrição: Disponibilidade	Negociação	5.000,00	0,01%
J) Operações Compromissadas		5.674,28	0,01%
Descrição: 100000 - 01/07/2014	Negociação	5.674,28	0,01%
K) Títulos Públicos		384.113,35	0,92%
SELIC: Venc.: 07/03/2015	Negociação	242.189,30	0,58%
SELIC: Venc.: 07/09/2012	Negociação	73.568,41	0,18%
SELIC: Venc.: 07/03/2013	Negociação	42.052,63	0,10%
SELIC: Venc.: 07/09/2013	Negociação	15.775,39	0,04%
SELIC: Venc.: 07/09/2015	Negociação	5.267,00	0,01%
SELIC: Venc.: 07/03/2014	Negociação	5.260,62	0,01%
L) Valores a pagar	Negociação	-4.070,36	-0,01%
M) Valores a receber	Negociação	257,49	0,00%

Comentários: O Conselho analisou a forma como a Política de Investimentos vem sendo conduzida, concordando com o andamento da mesma. Todos os investimentos estão lastreados em cotas de fundo de investimentos exclusivo, registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A composição do fundo, acima detalhada, está disponível para averiguação no sítio eletrônico da CVM. Não identificamos desenquadramentos à Resolução CMN 3.792/09, estando devidamente enquadrada na legislação.

1.1.2 - Rentabilidade

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte que as rentabilidades dos recursos do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS, auferidas no 1º semestre de 2012, estão em desacordo com os objetivos do plano e com as metas estabelecidas na Política de Investimentos em consonância com a Resolução CMN 3.792/09.

Rentabilidade	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	Acum.
Cota Líquida	0,68%	0,88%	0,63%	0,61%	-0,07%	0,40%	3,17%
Carteira de Investimentos (Infiniy)	0,69%	0,88%	0,63%	0,61%	-0,07%	0,41%	3,19%
Política de Investimentos (100% CDI)	0,89%	0,74%	0,81%	0,70%	0,73%	0,64%	4,59%
Meta (INPC+5%)	0,92%	0,80%	0,59%	1,05%	0,96%	0,67%	5,09%
Real (Cota/INPC+5%)	-0,24%	0,08%	0,05%	-0,44%	-1,02%	-0,26%	-1,82%
Real (Carteira/100% CDI)	-0,19%	0,14%	-0,17%	-0,09%	-0,80%	-0,23%	-1,34%



Comentários: A rentabilidade nominal líquida obtida no semestre pelos recursos garantidores do Ativo Líquido do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS foi de 3,17% no período, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida de 5,09% o que, em termos reais, representou obter 1,82% no período a menos do que a meta do plano. Verificamos pelo gráfico que esta rentabilidade baixa foi contínua durante o semestre, exceto no mês de fevereiro.

Adotamos o Método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos retornos sobre os saldos iniciais mensais para o cálculo da rentabilidade.



O Fundo de Investimentos Infinity Jusprev apresentou rentabilidade líquida de taxas de gestão de 3,19%, ficando 1,34% abaixo da variação do CDI esperada na política de investimentos.

1.1.3 - Controle de Riscos

Verificamos com base na documentação suporte do 1º semestre de 2012, que os riscos de crédito estão em desacordo com os estabelecidos na Política de Investimentos e os normativos Res./CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e IN/SPC/MPS nº 14, de 18/01/2007. O risco de mercado é medido pela Divergência Não Planejada (DNP), e esta apresentou-se abaixo do esperado em janeiro, abril, maio e junho, no acumulado dos últimos doze meses e também nos últimos 36 meses.

De acordo com a Instrução PREVIC nº 2, de 18 de maio de 2010, a entidade deverá elaborar justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõem a carteira do plano de benefícios, sempre que apurar a DNP negativa, por doze meses consecutivos, e a DNP negativa da carteira acumulada nos últimos trinta e seis meses.

1.4 - Custos de Gestão

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte do 1º semestre de 2012, que os custos com gestão de recursos ficaram dentro de parâmetros médios praticados pelo mercado financeiro. O valor da taxa de administração cobrada pelo gestor dos investimentos é deduzido da rentabilidade líquida da cota do Fundo de Investimento.

1.5 - Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução política de Investimentos e em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, a rentabilidade alcançada pelo JUSPREV ficou aquém do esperado para o plano, o controle de risco aponta o descolamento da rentabilidade em relação às metas. Manifestamos ainda que a entidade está aplicando os recursos dos planos **com** aderência a RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, em **conformidade** com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

2 - ADERÊNCIA ÀS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao 1º semestre de 2012, para verificação das premissas e hipóteses atuariais do plano de benefícios e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

2.1 - Premissas e Hipóteses

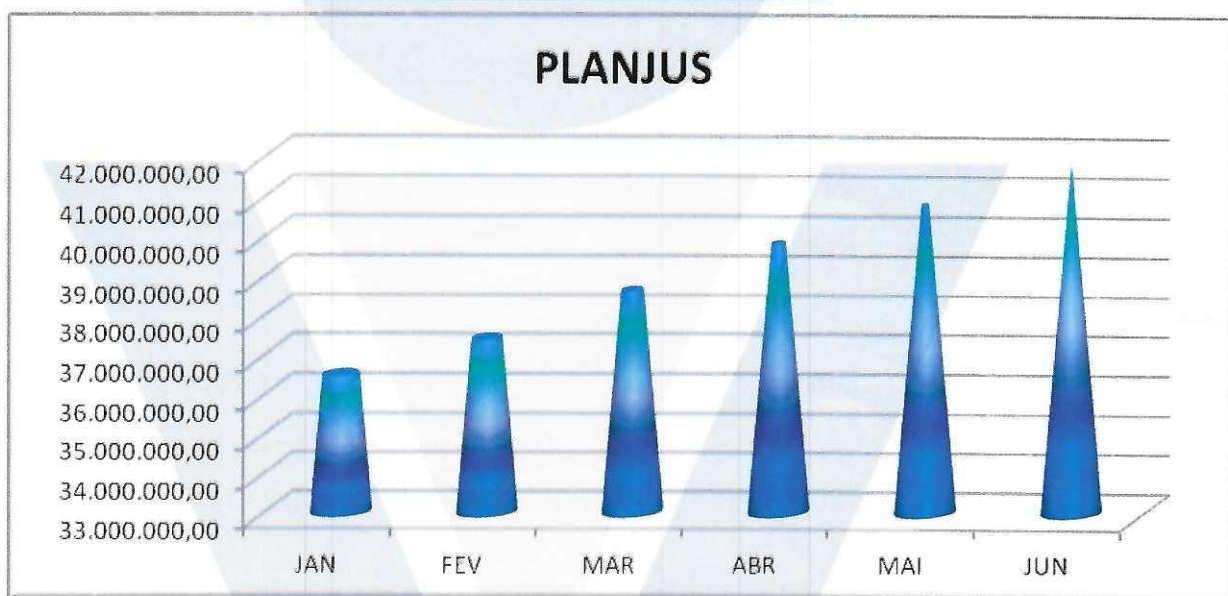
- Hipóteses indicadas para a Avaliação Atuarial - 2011:
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000;
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000; e
 - Taxa de Juros: 5,00%.



A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris -PLANJUS de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade dos mesmos. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2011.

2.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

MÊS	PLANJUS
JAN	36.514.414,92
FEV	37.426.977,86
MAR	38.658.720,04
ABR	39.844.097,70
MAI	40.835.382,82
JUN	41.917.839,48



2.3 - DRAA e Notas Técnicas Atuariais

Verificamos com base no DRAA e nas Notas Técnicas Atuariais, elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do Plano.

2.4 - Cobertura Patrimonial e Resultado do Plano.

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 30 DE JUNHO DE 2012, que o patrimônio apurado, conforme demonstrado nos quadros: "Cobertura Patrimonial do Plano" e "Resultado Previdencial do Plano", abaixo, é suficiente para cobertura das obrigações e compromissos do PLANJUS.

DESCRIÇÃO	PLANJUS
ATIVO TOTAL	42.159.903,95
(-) Exigível Operacional	-9.438,36
(-) Fundos Administrativos	-232.626,11
(=)PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	41.917.839,48
(-) Provisões Matemáticas	-41.917.839,48
(=) Resultado do Plano	0,00

2.5 - Resultado Previdencial

Resultado Previdencial do Plano em 30 de junho de 2012

DESCRIÇÃO	PLANJUS
(+) RECEITAS	7.029.660,32
Adições (Contribuições)	5.858.221,07
Fluxo Positivo dos Investimentos	1.171.439,25
(-) DESPESAS	-7.029.660,32
Deduções (Recursos Utilizados)	-400.156,96
Cobertura/reversão de despesas administrativas	-161.024,10
Constituições de Provisões Atuariais	-6.468.479,26
(=) RESULTADO (RECEITAS - DESPESAS)	0,00

2.6. HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das **hipóteses biométricas** adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS** de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2011.

2.7. HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das **hipóteses demográficas** adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS**, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2011.

2.8. HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das **hipóteses econômicas e financeiras** adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS**, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2011.

2.9. Manifestação

Com base nos DRAAs, no Relatório de Aderência das Hipóteses e nas Notas Técnicas Atuariais, elaborados pelo atuário responsável, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que as premissas, hipóteses e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do plano.



3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao § 1º do artigo 16 e ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a execução do Planejamento Orçamentário referente ao 1º semestre de 2012, e apresentamos as seguintes considerações sobre os pontos verificados:

Acompanhamento da Previsão Orçamentária

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	VARIAÇÃO	DIVERGÊNCIA %
(+) Contribuições Previdenciais	5.429.923	5.697.197	267.274	4,92%
Contr. Previdencial Participantes	4.459.765	5.180.242	720.477	16,16%
Portabilidades	970.158	516.955	-453.203	-46,71%
(-) Deduções	211.494	400.157	188.663	89,20%
Benefícios	10.187	16.364	6.177	60,64%
Resgates	201.308	383.793	182.485	90,65%
(+) Contribuição Administrativa	400.352	497.598	97.246	24,29%
Instituidores	150.000	172.187	22.187	14,79%
Participantes	148.485	161.024	12.539	8,44%
Outras (pró-labore)	101.867	164.387	62.520	61,37%
(-) Saída Administrativa	389.696	420.079	30.383	7,80%
Previdencial	389.696	420.079	30.383	7,80%
Pessoal e Encargos	202.087	200.758	-1.329	-0,66%
Treinamento/Congr/Seminários	4.000	7.465	3.465	86,61%
Viagens	12.291	34.474	22.183	180,48%
Serviços de Terceiros	63.900	83.556	19.656	30,76%
Consultoria Atuarial	9.900	9.000	-900	-9,09%
Consultoria Contábil	10.800	10.200	-600	-5,56%
Informática	25.200	46.945	21.745	86,29%
Auditoria	6.000	4.500	-1.500	-25,00%
Tarifas	12.000	12.911	911	7,59%
Despesas Gerais	102.919	87.298	-15.621	-15,18%
Despesas Gerais	84.075	64.466	-19.609	-23,32%
Cofins Administrativo	16.210	20.088	3.879	23,93%
PIS administrativo	2.634	2.744	110	4,17%
Depreciações	4.500	6.529	2.029	45,09%
(+) Rendimentos de investimentos	1.828.546	1.176.053	-652.492	-35,68%
(=) Evolução Patrimonial	7.057.629	6.550.612	-507.017	-7,18%

3.1. As receitas de contribuições projetadas foram realizadas acima das suas projeções no valor de R\$ 720 mil, representando uma variação de 16,16%, enquanto as portabilidades recebidas ficaram R\$ 453 mil abaixo do estimado (-46,71%).

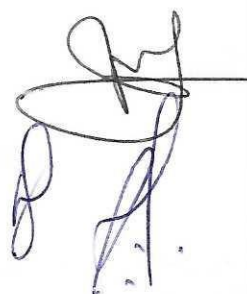
3.2. O Resultado dos Investimentos obtido foi de R\$ 652 mil a menor que o orçado, representando uma variação de -35,68%.

- 3.3. As receitas e subvenções administrativas estimadas foram realizadas acima das suas estimativas no valor de R\$ 97,2 mil, gerando uma variação de 24,29%, impulsionadas pelo rebate de comissão da venda de risco.
- 3.4. As despesas previdenciárias para pagamento de benefícios realizadas ficaram R\$ 6,1 mil a maior, ou 60,64%.
- 3.5. Os institutos de resgate e portabilidade extrapolaram em R\$ 182,5 mil os valores orçados, equivalentes a 90,65%. Os resgates e Portabilidades são despesas de difícil estimativa, uma vez que não dependem da administração a sua realização.
- 3.6. As Despesas administrativas estimadas foram realizadas acima da previsão orçamentária no valor de R\$ 30,4 mil, equivalente a 7,8%, principalmente em função de viagens (R\$ 22,2 mil ou +180,5%) e serviços de terceiros - Informática (R\$ 21,7 mil ou +86,29%), enquanto os demais serviços de terceiros se mantiveram abaixo do estimado e dentro de um padrão aceitável de desvio.

Verificamos no 1º semestre de 2012 que a execução orçamentária apresentou desvios entre realizado e orçado que ficaram acima da média de desvio aceitável, sendo recomendável a revisão da previsão para o restante do exercício e a apresentação de ajustes nas projeções principalmente em função de as receitas de contribuições dos Instituidores estarem diminuindo por força contratual.

3.7. Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que o orçamento foi executado **fora** dos parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário, necessitando de ajustes nas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que ficaram acima da média de desvio aceitável, porém ressaltamos que as principais divergências apresentadas são referentes à subestimativa de receitas de contribuições o que não acarreta prejuízo à entidade.



CONTROLES INTERNOS

Em entendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao 1º semestre de 2012, para verificação da aderência e eficiência dos controles internos e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. Segregação de atividade de funções.

Verificamos com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 10/10/2004.

4.2. Calendário de Obrigações.

Verificamos com base nos controles internos que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto ao SPC/MPS, Receita Federal, Participantes, Instituidores e Conselheiros, mantendo registro em “Relatório Circunstanciado Mensal”.

4.3. Implementação da Política de Controles Internos.

Verificamos que a entidade está implementando as adequações dos controles internos, consoante ao § 2º, do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº13, de 01/10/2004.

4.4. Auditor Independente

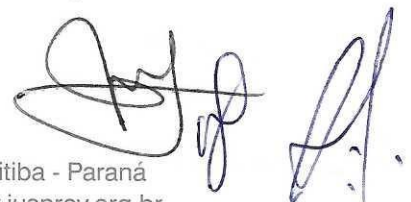
Verificamos que o Auditor externo, BDO RCS Auditores Independentes, em seu parecer de 27 de fevereiro de 2012, assinado pelo Sr. Paulo Sérgio Tufani, fez menção à avaliação dos controles internos, consoante ao que estabelece a RES/CVM 3.792/09.

Para o exercício de 2012 ainda não houve a realização da auditoria independente que pudesse servir de parâmetro para a manifestação deste conselho Fiscal.

4.5. Controles Internos.

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- a) Controle e Teste de Cadastro.
- b) Controle das Contribuições.
- c) Controle dos Benefícios Concedidos.
- d) Controle das Contas dos Participantes.
- e) Controle da Portabilidade.
- f) Controle da Contabilidade por Plano.
- g) Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais.
- h) Controle dos Custos Tributários.
- i) Controle da Execução Orçamentária.
- j) Controle da Execução da Política de Investimentos.
- k) Controle da Agenda de Obrigações Junto ao SPC/MPS, Receita Federal e Divulgações.



4.6. Recomendações do Conselho Fiscal

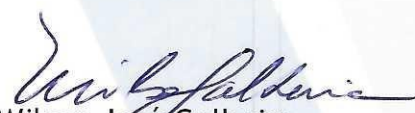
Considerando-se o estágio atual do JUSPREV, sua estrutura e as providências já adotadas, recomendamos um efetivo controle da execução orçamentária, necessitando de ajustes em algumas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que ficaram acima da média de desvio aceitável, conforme demonstrado acima.

4.7 Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles internos da entidade são adequados ao seu porte, ao plano de benefícios por ela administrado e ao modelo de governança proposto pela Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, necessitando de aprimoramentos constantes no decorrer de suas atividades.

Foz do Iguaçu, PR, 13 de dezembro de 2012.

Vera Grace Paranaguá Cunha
Presidente do Conselho Fiscal


Wilson José Galheira
Conselheiro Efetivo

Ana Lúcia Lourenço
Conselheira Suplente


Otônio Ribeiro Furtado
Conselheiro Efetivo


Alcino Oliveira de Moraes
Conselheiro Suplente

Virgílio Panagiotis Stavridis
Conselheiro Suplente